



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

004. PROVA OBJETIVA

AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (CÓD. 004)

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 50 questões objetivas e um tema de redação a ser desenvolvido, e a folha de redação para transcrição do texto definitivo.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e nas folhas de respostas e de redação.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ A folha de redação deverá ser assinada apenas no local indicado; qualquer identificação ou marca feita pelo candidato no verso da folha de redação, que possa permitir sua identificação, acarretará a atribuição de nota zero à redação.
- ◆ Redija o texto definitivo e preencha a folha de respostas com caneta de tinta preta. Os rascunhos não serão considerados na correção. A ilegibilidade da letra acarretará prejuízo à nota do candidato.
- ◆ A duração das provas objetiva e de redação é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de redação, a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia a charge para responder às questões de números **01** a **03**.



(Bob Thaves. Frank & Ernest. *O Estado de S.Paulo*, 02.07.2019. <https://cultura.estadao.com.br>. Adaptado)

01. A charge sugere que quanto mais

- (A) vivemos, mais entediantes são nossas aventuras.
- (B) velhos ficamos, mais rápido o tempo parece passar.
- (C) buscamos a felicidade, mais ela se afasta de nós.
- (D) dedicados a nossas metas, mais rápido as alcançamos.
- (E) perseguimos o sucesso, mais nos frustramos.

02. No trecho – ... **quanto mais** avançamos, mais rápido parece. –, a expressão destacada estabelece relação de proporcionalidade e pode ser substituída por

- (A) visto que
- (B) ainda que
- (C) pois que
- (D) à medida que
- (E) apesar de que

03. No que se refere à pontuação, a frase escrita em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa é:

- (A) Gostaria que você reduzisse, um pouco a marcha.
- (B) Não estou pisando, no acelerador como você pensa.
- (C) Por que você, está dirigindo com tanta pressa?
- (D) Da próxima vez você poderia, não correr tanto.
- (E) Você poderia dirigir mais devagar, meu amigo?

Leia o texto para responder às questões de números **04** a **10**.

Durante quase dois milhões de anos, os seres humanos evoluíram em sincronia com o meio ambiente. Mas há 250 anos chegou a Revolução Industrial e mudou tudo. Embora a inovação e a tecnologia trazidas pelo fenômeno tenham gerado muitos benefícios para a humanidade, nossos corpos tiveram de pagar um alto custo físico nesse processo. Os trabalhos que fazíamos, que antes envolviam tarefas manuais, realizadas ao ar livre, passaram a ser feitos a portas fechadas e a exigir que passássemos a maior parte do dia sentados e parados, fosse em uma fábrica, em um escritório ou dirigindo um veículo, por exemplo. Isso teve um impacto enorme sobre nossos corpos, e um dos primeiros afetados foram nossos pés.

Hoje, nossos pés são mais fracos, maiores e mais planos do que os de nossos antepassados. E isso é uma má notícia para a saúde do corpo inteiro. A perda de eficiência dos nossos pés se reflete em um fato surpreendente: quase 80% das pessoas que praticam corridas sofrem algum tipo de lesão todos os anos. Hannah Rice, da Universidade de Exeter, deu como exemplo o corredor “clássico”, que pratica o esporte três ou quatro vezes por semana e passa o restante do tempo sentado no escritório ou no sofá da casa, para explicar que o que realmente nos machuca não é correr, mas o que fazemos quando não estamos correndo.

Foi a partir dos anos 70, quando correr virou moda, que a dimensão real do estado de nossos pés começou a se revelar. A loucura por corridas acrescentou um novo problema: a moda de usar tênis no dia a dia. Talvez você ache que isso deveria ser uma boa notícia, já que muitos desses calçados são anunciados pelos supostos benefícios que oferecem aos pés. No entanto, desde que começamos nosso caso de amor com os tênis, a incidência de pés chatos tem aumentado em muitas partes do mundo, especialmente no Ocidente.

Uma das coisas mais simples (e baratas) que podemos fazer para melhorar a saúde dos nossos pés é caminhar. **Idealmente**, descalços. Vybarr Cregan-Reid, da Universidade de Kent, acredita que devemos “redescobrir nossos pés para aprender a usá-los novamente”. Pequenos hábitos como tirar os sapatos dentro de casa e tentar se mover mais podem ajudar.

(Como o sedentarismo mudou nossos pés, 21.05.2019. www.bbc.com. Adaptado)

04. O texto aborda o seguinte assunto:

- (A) a relação da saúde dos pés com o combate a diversas doenças.
- (B) o impacto da Revolução Industrial sobre a evolução dos nossos pés.
- (C) os riscos do uso de tênis para pessoas que nascem com pés chatos.
- (D) a otimização do tempo de corredores a partir do cuidado com os pés.
- (E) as consequências da incidência de pés chatos especialmente no Ocidente.

05. No texto, expõem-se os seguintes causadores de problemas para nossos pés:
- (A) os pés chatos e as lesões em corridas.
 - (B) os ambientes fechados e as corridas.
 - (C) as tarefas ao ar livre e os veículos.
 - (D) o sedentarismo e os tênis.
 - (E) a tecnologia e o atletismo.
06. Assinale a alternativa em que a primeira expressão é retomada pela segunda na sequência do 1º parágrafo.
- (A) seres humanos ... meio ambiente
 - (B) benefícios ... alto custo
 - (C) Revolução Industrial ... fenômeno
 - (D) fábrica ... escritório
 - (E) corpos ... pés
07. A palavra **Idealmente**, em destaque no último parágrafo, pode ser substituída, sem prejuízo do sentido, por
- (A) Preferencialmente.
 - (B) Simbolicamente.
 - (C) Remotamente.
 - (D) Conscientemente.
 - (E) Ficcionalmente.
08. Caso se substitua o vocábulo **Embora** por **Apesar de**, na frase – Embora a inovação e a tecnologia trazidas pelo fenômeno tenham gerado muitos benefícios para a humanidade, nossos corpos tiveram de pagar um alto custo físico nesse processo. (1º parágrafo) –, a forma verbal **tenham** deverá ser substituída por
- (A) tinham
 - (B) tiveram
 - (C) teriam
 - (D) tivessem
 - (E) terem
09. A concordância está de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa na frase:
- (A) Com a Revolução Industrial, ocorreu muitas mudanças na rotina das pessoas.
 - (B) Tarefas antes feitas ao ar livre passaram a ser realizados em ambientes fechados.
 - (C) É recomendável tirar os sapatos dentro de casa e mover-se com mais regularidade.
 - (D) São possíveis perceber a perda de eficiência de nossos pés pelo número de lesões.
 - (E) Para mudar o ritmo da evolução humana, apenas 250 anos foram suficiente.
10. A frase em que a regência está em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa é:
- (A) Nossos antepassados tinham pés aos quais eram mais saudáveis que os nossos.
 - (B) Andar descalço pode contribuir para a melhora da saúde dos nossos pés.
 - (C) Surpreende o fato sob que quase 80% dos corredores lesionam anualmente.
 - (D) Foi nos anos 70 que as pessoas passaram a interessar mais para a corrida.
 - (E) Ficar mais sentados certamente influiu ao enfraquecimento dos nossos pés.

11. Uma empresa possui três equipes de segurança. Os guardas de cada uma dessas equipes fazem rondas por toda a empresa e devem sempre passar pelo portão principal. A equipe Alfa passa pelo portão de 40 em 40 minutos; a equipe Beta, de hora em hora; e a equipe Gama, a cada 1 hora e 15 minutos. No dia 3 de julho, às 10 horas, guardas dessas três equipes passaram, ao mesmo tempo, pelo portão principal. A partir desse momento até o dia 30 de julho, às 10 horas, o número de vezes que a equipe Alfa passou pelo portão sem ter encontrado outra equipe foi
- (A) 600.
(B) 576.
(C) 624.
(D) 648.
(E) 552.
12. Um confeitiro dispõe de barras de chocolate de três tipos, A, B e C, sendo que a proporção de cacau em cada uma dessas barras é, respectivamente, 80%, 70% e 40%. Esse confeitiro derreteu e misturou 3 kg dessas barras de chocolate de modo que a proporção de cacau na mistura foi de 60%; para isso, ele pegou 870 gramas a mais da barra A do que da barra B e pegou, da barra C,
- (A) 1530 g.
(B) 1410 g.
(C) 1650 g.
(D) 1770 g.
(E) 1890 g.
13. Três máquinas X, Y e Z produziram 2640 peças de certo jogo, cada peça produzida sempre em um mesmo tempo. A máquina X produziu 820 peças, tendo funcionado por 1 hora e 30 minutos a menos do que a máquina Y. A máquina Z funcionou por 6 horas e 50 minutos e produziu um total de peças igual a
- (A) 820.
(B) 800.
(C) 840.
(D) 860.
(E) 880.

14. Para uma atividade de treinamento, os funcionários de uma empresa foram divididos em grupos de 5 homens e 3 mulheres, ou grupos de 6 homens e 7 mulheres. Todos os 334 funcionários participaram da atividade, cada funcionário em apenas 1 grupo. Se o número de grupos com 8 pessoas excedeu o número de grupos com 13 pessoas em 5, então a diferença entre o número de homens e mulheres nessa empresa é
- (A) 12.
(B) 6.
(C) 24.
(D) 30.
(E) 42.
15. Júlia possui certo número de chaveiros, e seu amigo Lucas possui 18 chaveiros a menos do que o dobro do número de chaveiros que ela tem. Se, juntos, esses amigos possuem 465 chaveiros, o número de chaveiros de Júlia está compreendido entre
- (A) 140 e 149.
(B) 170 e 179.
(C) 150 e 159.
(D) 130 e 139.
(E) 160 e 169.
16. Três amigos dividiram 920 figurinhas em partes inversamente proporcionais às suas idades. Um amigo recebeu 360 figurinhas e outro 240. Se o mais velho desses amigos tem 12 anos, a soma das idades desses três amigos, em anos, é
- (A) 27.
(B) 31.
(C) 25.
(D) 29.
(E) 23.
17. O perímetro de um retângulo é o quádruplo do perímetro de um quadrado. O lado menor do retângulo mede o triplo do lado do quadrado e o lado maior do retângulo é 8 cm maior que seu lado menor. A área desse retângulo, em cm^2 , é
- (A) 240.
(B) 180.
(C) 200.
(D) 220.
(E) 160.

18. Um triângulo retângulo e um trapézio retângulo têm um lado em comum, conforme a figura.

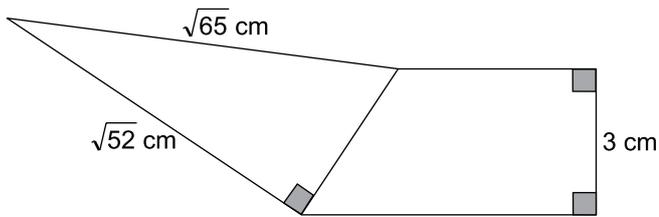


Figura fora de escala

A área do trapézio é 21 cm^2 e a medida da sua base menor, em cm, é

- (A) 4.
 (B) 5.
 (C) 7.
 (D) 6.
 (E) 8.
19. Hugo, José e Luiz são trigêmeos e, quando os três saem juntos, obedecem as seguintes regras:
- Ou José ou Luiz deve usar camisa amarela, mas nunca ambos;
 - Hugo usa camisa amarela se e somente se José usa;
 - Se Luiz usar camisa amarela, então Hugo também usa.
- De acordo com essas regras, quando os três irmãos saem juntos,
- (A) José nunca usa camisa amarela, Hugo e Luiz sempre usam.
 (B) Hugo sempre usa camisa amarela, José e Luiz nunca usam.
 (C) Luiz sempre usa camisa amarela, Hugo e José nunca usam.
 (D) José sempre usa camisa amarela, Hugo e Luiz nunca usam.
 (E) Luiz nunca usa camisa amarela, Hugo e José sempre usam.
20. Considere a sequência 10, 14, 18, 11, 15, 19, 12, 16, 20, 13, 17..., em que 10 é o primeiro termo, 14 o segundo termo e assim por diante, de acordo com o padrão. O número de termos dessa sequência que possuem exatamente 2 algarismos é

- (A) 250.
 (B) 258.
 (C) 254.
 (D) 246.
 (E) 262.

LEGISLAÇÃO

21. O Decreto nº 15.514/2006 determina que a avaliação probatória será realizada por meio de instrumento de avaliação elaborado pela

- (A) Comissão de Ética do Município.
- (B) Comissão Permanente de Avaliação.
- (C) Secretaria Municipal de Recursos Humanos.
- (D) Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão.
- (E) Comissão Municipal de Recursos Humanos e Gestão.

22. De acordo com o Decreto nº 15.514/2006, identificar a demanda de capacitação e aperfeiçoamento à luz das metas e objetivos contidos no planejamento institucional é um dos

- (A) objetivos do programa de avaliação probatória.
- (B) fundamentos específicos do instrumento de avaliação.
- (C) objetivos da Comissão Permanente de Avaliação.
- (D) atributos dos responsáveis pela avaliação probatória.
- (E) fundamentos do Departamento de Processos Disciplinares.

23. Ana, chefe de sessão do Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Campinas, por não simpatizar com José, que é seu subordinado, constantemente determina que ele cumpra atribuições estranhas e incompatíveis com o seu cargo.

De acordo com o Manual de Ética da Prefeitura Municipal de Campinas, em relação a José, Ana

- (A) não está cometendo nenhuma conduta irregular que possa ser classificada como assédio moral lateral.
- (B) não está cometendo nenhuma conduta irregular que possa ser classificada como assédio moral ascendente.
- (C) está cometendo assédio moral classificado como ascendente.
- (D) está cometendo assédio moral classificado como vertical.
- (E) está cometendo assédio moral classificado como horizontal.

24. A Constituição Federal, no que diz respeito aos direitos sociais, determina que, aos trabalhadores urbanos e aos rurais, assegura-se

- (A) a proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos.
- (B) a licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de 160 (cento e sessenta) dias.
- (C) o repouso semanal remunerado, obrigatoriamente aos domingos.
- (D) a jornada de 08 (oito) horas, como regra geral, para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento.
- (E) a proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre, aos trabalhadores de até 21 (vinte e um) anos de idade.

25. Em relação à proteção constitucional da família, da criança, do adolescente e do idoso, assinale a alternativa correta.

- (A) Para fins de proteção do Estado, não é reconhecida como comunidade familiar a relação de mãe solteira que adota um filho.
- (B) Aos maiores de 60 (sessenta) anos de idade, é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.
- (C) Como medida preventiva ao tráfico ilícito de menores, é vedada a adoção de criança brasileira por estrangeiros residentes no exterior.
- (D) A idade mínima para a admissão ao trabalho é de 12 (doze) anos completos para a condição de aprendiz e de 14 (catorze) anos completos para o trabalho normal, exceto o trabalho noturno.
- (E) Entende-se como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26. João é proprietário de um imóvel e deseja limitar o uso de parte de sua propriedade com o fim de preservar os recursos ambientais existentes, instituindo, para isso, uma servidão ambiental. Considerando a situação hipotética narrada e o disposto sobre o referido instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente – Lei nº 6.938/1981, assinale a alternativa correta.
- (A) João poderá instituir uma servidão ambiental gratuita ou onerosa, na totalidade ou apenas em parcela de sua propriedade, perpétua ou temporária, sendo de 05 (cinco) anos o prazo mínimo da servidão temporária.
 - (B) Caso João institua a servidão ambiental, ele poderá aliená-la, e o referido contrato de alienação deverá ser averbado na matrícula do imóvel. Um dos deveres do eventual detentor da servidão ambiental é defendê-la judicialmente.
 - (C) Caso João institua a servidão ambiental, é possível, durante o prazo de sua vigência, a alteração da destinação da área nos casos de transmissão do imóvel, de desmembramento e de retificação dos limites do bem.
 - (D) João poderá instituir a servidão ambiental sobre as áreas de preservação permanente do seu imóvel, mas não sobre a área da reserva legal mínima exigida, sob pena de prática de crime ambiental.
 - (E) A legislação estabelece a obrigatoriedade de que João deverá instituir a servidão ambiental em sua propriedade por meio de instrumento público firmado perante o CONAMA.
27. Suponha que o Poder Público de um determinado ente federativo deseja criar uma unidade de conservação da categoria de Refúgio de Vida Silvestre e procura obter informações sobre as características de que tal modalidade de unidade deve ser dotada. Considerando o disposto na Lei nº 9.985/2000, pode-se afirmar que
- (A) o subsolo e o espaço aéreo, ainda que exerçam influência na estabilidade do ecossistema, não integram os limites das unidades de conservação da categoria de Refúgio de Vida Silvestre.
 - (B) o Refúgio de Vida Silvestre é uma área natural com populações animais de espécies nativas adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos.
 - (C) as unidades de conservação da categoria de Refúgio de Vida Silvestre devem possuir corredores ecológicos e, quando conveniente, uma zona de amortecimento, além de um Plano de Manejo elaborado no prazo de cinco anos a partir da data de sua criação.
 - (D) a criação de uma unidade de conservação da categoria de Refúgio de Vida Silvestre depende de ato do Poder Público e deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade.
 - (E) o Refúgio de Vida Silvestre não pode ser constituído por áreas particulares, sendo desapropriadas as áreas particulares incluídas em seus limites, e é, ainda, proibida a visitação pública.
28. Pedro é empresário e atua em diversos ramos diferentes no Estado de São Paulo, desejando agora trabalhar com exploração florestal com propósito comercial. De acordo com o Código Florestal, é correto afirmar que Pedro
- (A) antes de explorar florestas nativas, deverá obter prévia aprovação de Plano de Manejo Florestal Sustentável e, após obtê-la, encaminhará relatório trimestral ao SISNAMA com as informações sobre as atividades realizadas.
 - (B) poderá extrair lenha e demais produtos de florestas plantadas nas áreas não consideradas Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal.
 - (C) se desejar suprimir florestas e formações sucessoras para uso alternativo do solo, deverá obter prévia aprovação de Plano de Manejo Florestal Sustentável no CONAMA.
 - (D) caso passe a receber, para fins comerciais, lenha proveniente de florestas de espécies nativas, não estará obrigado a exigir a apresentação do DOF.
 - (E) deve obter prévia aprovação de Plano de Manejo Florestal Sustentável no caso de manejo e exploração de florestas plantadas localizadas fora das Áreas de Preservação Permanente.
29. De acordo com a Lei nº 9.985/2000, a Reserva de Biosfera
- (A) não pode ser integrada por unidades de conservação já criadas pelo Poder Público.
 - (B) é gerida por um Conselho Deliberativo, formado exclusivamente por representantes do Poder Executivo e do Poder Legislativo.
 - (C) é reconhecida pelo Programa Intergovernamental “O Homem e a Biosfera – MAB”, estabelecido pela Unesco.
 - (D) é constituída por áreas de domínio público, sendo obrigatória a desapropriação das áreas de domínio privado, na forma da lei.
 - (E) é uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica.
30. A respeito do Regime de Proteção das Áreas de Preservação Permanente, assinale a alternativa que está de acordo com o disposto no Código Florestal.
- (A) A supressão de vegetação nativa protetora de nascentes, dunas e restingas somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública.
 - (B) É vedado o acesso de pessoas às Áreas de Preservação Permanente para obtenção de água.
 - (C) É obrigatória a autorização do SISNAMA para a execução, ainda que em caráter de urgência, de obras de interesse da defesa civil destinadas à prevenção de acidentes em áreas urbanas.
 - (D) É vedado o acesso de animais às Áreas de Preservação Permanente para obtenção de água e para realização de atividades de baixo impacto ambiental.
 - (E) A vegetação situada em Área de Preservação Permanente deverá ser mantida pelo proprietário da área, mas não pelo possuidor ou ocupante a qualquer título.

31. Suponha que Maria é munícipe de Campinas, residindo na Rua Dr. Emílio Ribas, s/n, e que ela possui diversas árvores plantadas em frente à sua residência. Considerando o disposto na Lei Municipal nº 11.571/2003 e a situação hipotética narrada, assinale a alternativa correta.
- (A) Maria poderá realizar a poda das árvores para sua limpeza, com o fim de eliminar os galhos secos, mas não com o objetivo de recuperar a arquitetura da copa.
 - (B) O plantio realizado de forma inadequada implicará na substituição da espécie plantada, podendo Maria arcar com os custos decorrentes dos serviços.
 - (C) A supressão de árvores deverá ser realizada mediante autorização por escrito do órgão municipal responsável e feita exclusivamente por funcionários da Defesa Civil.
 - (D) Maria poderá realizar o replantio de árvores em frente à sua propriedade independentemente de prévia autorização da Prefeitura.
 - (E) Se Maria desejar realizar o transplante de árvores, deverá obter Laudo Técnico emitido por biólogo que ateste que as folhas causam dificuldades de limpeza.
32. Camila e Murilo estão noivos há dois anos e vão se casar no Município de Campinas. Após a celebração religiosa, eles receberão os convidados em uma conhecida boate da cidade que estará fechada para o público externo, ficando a entrada restrita apenas aos convidados dos noivos. Eles desejam realizar um show pirotécnico para comemorar este momento tão especial. Considerando o que estabelece a Lei Municipal nº 14.011/2011, é correto afirmar que
- (A) não há impedimento legal para a realização do show pirotécnico, pois se trata de evento privado.
 - (B) será possível realizar o show pirotécnico desde que os noivos obtenham autorização prévia da Secretaria de Urbanismo.
 - (C) apenas será possível realizar o show pirotécnico se os noivos assinarem termo legal, permitindo a entrada da Guarda Civil no local para fiscalizar previamente.
 - (D) é proibida a realização do show pirotécnico, devendo o estabelecimento fazer constar expressamente no contrato cláusula específica contendo essa proibição.
 - (E) será possível realizar o show pirotécnico, pois o evento é direcionado apenas para convidados do casal.
33. De acordo com a Lei Municipal Complementar nº 09/2003, a pedido do proprietário do imóvel, a Prefeitura Municipal de Campinas emitirá Alvará de Aprovação para
- (A) manutenção de edificação que tenha parte sobre faixa de via sanitária.
 - (B) implantação de edificação transitória, com validade de 05 (cinco) anos a contar da data da publicação do deferimento do pedido.
 - (C) avanço de tapumes sobre parte do passeio público, com validade de 02 (dois) anos.
 - (D) construção de piscinas, com validade de 01 (um) ano a contar da data da publicação do deferimento do pedido.
 - (E) muro de arrimo, com validade de 03 (três) anos a contar da data da publicação do deferimento do pedido.
34. Suponha que Laura é munícipe de Campinas e possui uma cadela da raça shih tzu chamada Linda. Considerando o disposto na Lei Municipal nº 15.449/2017, é correto afirmar que
- (A) Laura é obrigada a realizar a coleta das fezes depositadas nas vias e logradouros públicos, sob pena de multa de 10 (dez) UFICs e advertência por escrito.
 - (B) Laura deverá manter Linda afastada de portões próximos a medidores de água de modo a impedir ameaça a funcionários de empresas prestadoras de serviços, sob pena de multa de 500 (quinhentos) UFICs.
 - (C) caso Linda fuja, Laura deverá comunicar a ocorrência ao DPBEA no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas; caso contrário, será considerada animal abandonado.
 - (D) Laura apenas é obrigada a instalar placas de advertência, em local visível ao público, com dizeres que identifiquem a presença da cadela se houver laudo veterinário que ateste a periculosidade de Linda.
 - (E) caso Laura deseje, é possível o adestramento de Linda nas vias e logradouros públicos, parques e praças públicas e demais locais de livre acesso ao público.
35. Pedro, empresário da cidade de Campinas, cometeu uma infração ambiental que, após o devido processo legal, resultou na imposição de penalidade de multa. A multa imposta poderá ter a exigibilidade do seu pagamento suspensa se Pedro, nos termos e condições aceitas e aprovadas pela Secretaria do Verde e do Desenvolvimento Sustentável, obrigar-se à adoção de medidas especificadas para fazer cessar e corrigir a degradação ambiental. Considerando a situação hipotética narrada e o disposto na Lei Complementar Municipal nº 49/2013, é correto afirmar que
- (A) Pedro poderá beneficiar-se da redução do valor da multa em até 50% (cinquenta por cento) mesmo que a recuperação da degradação ambiental não ocorra em caráter voluntário.
 - (B) Pedro poderá se beneficiar da redução da multa em 60% (sessenta por cento) ainda que deixe de cumprir, parcialmente, qualquer das medidas especificadas, nos prazos estabelecidos.
 - (C) o benefício da redução dos valores de multas somente poderá ser concedido uma vez a cada 3 (três) anos.
 - (D) cumpridas todas as obrigações assumidas por Pedro, a multa poderá ter redução de até 40% (quarenta por cento) de seu valor.
 - (E) ainda que Pedro não comprove a quitação do débito decorrente de aplicação da multa, poderá ser concedida licença pela Secretaria do Verde e do Desenvolvimento Sustentável.

- 36.** Ana é proprietária de um estabelecimento comercial na cidade de Campinas, possui alvará de uso expedido pelo departamento competente da Prefeitura Municipal, que foi afixado no estabelecimento em lugar visível e de fácil leitura. De acordo com a Lei nº 11.749/2003, é correto afirmar que
- (A) o horário de funcionamento especificado no alvará de uso poderá ser descumprido por Ana, desde que pague a taxa correspondente à Prefeitura.
 - (B) o alvará de uso fica automaticamente cancelado em caso de alteração de endereço.
 - (C) em caso de alteração da área construída, Ana terá o alvará de uso automaticamente cancelado.
 - (D) a não renovação do alvará de uso, nos termos da legislação acarretará sua prorrogação automática por 180 (cento e oitenta) dias.
 - (E) Ana terá o alvará de uso automaticamente cancelado em caso de alteração da Razão Social.
- 37.** Foi constatada irregularidade na execução de obra no município de Campinas pela inexistência dos documentos necessários e pela execução em desacordo com o projeto aprovado. Em sequência, o proprietário, Otávio, e o Dirigente Técnico da Obra, Luís, foram intimados e autuados nos termos da legislação. Considerando a situação hipotética narrada e o disposto na Lei Complementar Municipal nº 09/2003, assinale a alternativa correta.
- (A) Verificada a irregularidade, será determinado o Embargo da Obra e a Intimação para saneamento das irregularidades, com prazo para atendimento não superior a 60 (sessenta) dias.
 - (B) É vedado que Otávio apresente pedido de substituição de projeto no período de Embargo da Obra.
 - (C) Desrespeitado o prazo estipulado para saneamento das irregularidades, será lavrado Auto de Infração e Multa.
 - (D) Durante o embargo da obra, será permitida a execução de alguns serviços, tais como, limpeza e higienização do estabelecimento e conservação da construção.
 - (E) Verificada a irregularidade, será determinada a intimação para saneamento das irregularidades, com prazo para atendimento não superior a 180 (cento e oitenta) dias.
- 38.** Suponha que Carla, munícipe da cidade de Campinas, solicitou a expedição de uma Licença Ambiental Prévia (LP) para a Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SVDS). Considerando o disposto no Decreto Municipal nº 18.705/2015, é correto afirmar que
- (A) caso seja expedida a Licença Ambiental Prévia, esta poderá ter seu prazo de validade prorrogado, desde que não ultrapasse o prazo máximo de 5 (cinco) anos.
 - (B) a Licença Ambiental Prévia será deferida ainda que evidências indiquem que os futuros impactos não serão mitigados a ponto de evitar riscos ambientais significativos.
 - (C) caso a SVDS negue a solicitação de Carla, a decisão de indeferimento e arquivamento deverá ser fundamentada, sendo prescindível a instrução da decisão com parecer técnico da SVDS.
 - (D) se a SDVS expedir a Licença Ambiental Prévia (LP) requerida por Carla, a LP terá prazo de validade de 1 (um) a 5 (cinco) anos, definida discricionariamente pela Secretaria.
 - (E) a Licença Ambiental Prévia (LP) autoriza o início das obras ou a implantação do empreendimento.
- 39.** Gustavo reside na cidade de Campinas e comercializou aves de médio porte em uma feira livre localizada na Rua Artur Segurado, que acontece todos os domingos no referido município.
- Considerando a situação hipotética narrada, o disposto na Lei Municipal nº 15.449/2017 e no Decreto nº 19.844/2018, assinale a alternativa correta.
- (A) Gustavo não cometeu qualquer infração, pois é permitida a comercialização de animais em feiras, exposições e em outros eventos de curta duração.
 - (B) Gustavo será considerado reincidente apenas quando cometer novamente a mesma infração, considerando, para tanto, um período de 90 (noventa) dias entre as autuações.
 - (C) Gustavo cometeu uma infração, mas não incidiu em nenhuma das circunstâncias agravantes descritas na legislação.
 - (D) É competência da Procuradoria Geral do Município a apuração de condutas como a praticada por Gustavo, independentemente do domicílio do autuado.
 - (E) Gustavo cometeu uma infração, incidiu em circunstância agravante e será penalizado com multa.

40. No sábado, dia 13 de julho de 2019, às 07 horas da manhã, Rodrigo utilizou máquinas em uma obra, devidamente licenciada, que estava realizando na calçada de sua casa, mas não ultrapassou os níveis de db (decibéis) estabelecidos pela NBR-10151. De acordo com a Lei Municipal nº 11.642/2003, é correto afirmar que
- (A) Rodrigo não descumpriria a referida Lei Municipal se a utilização das máquinas na obra começasse às 08 horas da manhã do sábado.
 - (B) Rodrigo descumpriu a referida Lei Municipal e a reparação fiscalizadora deverá aplicar multa de 100 UFICs, independentemente de intimação prévia.
 - (C) Rodrigo não descumpriu a referida Lei Municipal, e a sua conduta apenas seria vedada aos domingos e feriados.
 - (D) Rodrigo descumpriu a referida Lei Municipal, pois não é permitida a utilização de máquinas em obras aos sábados.
 - (E) Rodrigo apenas teria descumprido a referida Lei Municipal se o nível de ruído produzido pelas máquinas ultrapassasse o estabelecido pela NBR-10151.
41. O Decreto Municipal de Campinas nº 16.595/2009 regulamenta o Serviço de Atendimento Telefônico 151 do PROCON Campinas, prevendo que
- (A) a sua finalidade é prestar informações sobre os direitos do consumidor e a concorrência desleal.
 - (B) no cartaz ou placa de informações sobre o serviço referenciado, deve constar imagem, símbolo ou logomarca do fornecedor.
 - (C) todos os fornecedores de produtos do Município de Campinas deverão afixar em local visível, informações sobre o serviço em pauta, preferencialmente junto à entrada do estabelecimento.
 - (D) os estabelecimentos que atuam no ramo de alimentação deverão divulgar o telefone e a página da Internet do PROCON Campinas na nota fiscal expedida.
 - (E) o PROCON disponibilizará aos interessados o modelo da placa ou cartaz de informações sobre o serviço em questão, em seu sítio na rede mundial de computadores.
42. A Lei Federal nº 10.962/2004 regula as condições e formas de oferta e afixação de preços de bens e serviços para o consumidor, determinando que:
- (A) o fornecedor deve informar, em local e formato visíveis ao consumidor, eventuais descontos oferecidos em função do prazo ou do instrumento de pagamento utilizado.
 - (B) na venda a varejo de quaisquer produtos fracionados em pequenas ou médias quantidades, o comerciante deverá informar, na etiqueta contendo o preço, além do preço do produto à vista, aquele correspondente a: capacidade, massa, volume, comprimento ou área, de acordo com a forma habitual de comercialização de cada tipo de produto.
 - (C) nos estabelecimentos que utilizem código de barras para apreçamento, deverão ser oferecidos equipamentos de leitura ótica para consulta de preço pelo consumidor, localizados junto aos caixas.
 - (D) no caso de divergência de preços para o mesmo produto entre os sistemas de informação utilizados pelo estabelecimento, o consumidor pagará a média dentre eles.
 - (E) se considera área de vendas aquela em que os consumidores têm acesso às mercadorias e aos serviços oferecidos para consumo no varejo, dentro ou fora do estabelecimento.
43. O Decreto Federal nº 2.181/1997 estabelece as normas gerais de aplicação das sanções administrativas pelo poder público aos fornecedores de produtos e serviços, nos termos do Código de Defesa do Consumidor, estabelecendo que
- (A) a fiscalização pode ser realizada por agentes fiscais, terceirizados ou oficialmente designados, vinculados aos respectivos órgãos de proteção e defesa do consumidor.
 - (B) as práticas infrativas classificam-se em leves, médias, graves e gravíssimas.
 - (C) deixar de cumprir regime de preços tabelados, congelados, administrados, fixados ou controlados pelo Poder Público reputa-se prática infrativa perpetrada por fornecedor de produto.
 - (D) deixar de, em qualquer situação, empregar componentes de reposição originais, adequados e novos, ou que mantenham as especificações técnicas do fabricante considera-se prática infrativa cometida por fornecedor de serviço.
 - (E) a prática infrativa em que forem verificadas cumulação de circunstâncias agravantes considera-se gravíssima.

44. No que diz respeito ao conceito de consumidor, adotado pelo Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa correta.
- (A) Toda pessoa física que adquire ou utiliza produto, seja lá com que finalidade for, reputa-se como consumidor.
 - (B) Equiparam-se aos consumidores todas as pessoas determináveis ou não, expostas às práticas abusivas.
 - (C) Toda pessoa jurídica que adquire produto como destinatário intermediário ou final será considerada consumidor.
 - (D) Eleva-se à consumidor a coletividade de pessoas ou coisas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.
 - (E) Não se equiparam a consumidores as vítimas do acidente de consumo.
45. A oferta praticada por fornecedores no mercado de consumo ocorre por intermédio de qualquer informação ou publicidade, suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, na seguinte medida:
- (A) os importadores deverão assegurar a oferta de componentes e peças de reposição, cessando a obrigação, imediatamente, uma vez finda a importação do produto.
 - (B) apenas obriga o fornecedor que a fizer veicular, se, efetivamente, firmado contrato com o consumidor.
 - (C) o fornecedor do produto ou serviço não é responsável pelos atos de seus representantes autônomos.
 - (D) se o fornecedor de produtos ou serviços recusar cumprimento à oferta, apresentação ou publicidade, o consumidor poderá aceitar outro produto ou prestação de serviço equivalente.
 - (E) para ser considerada regular a oferta por venda à domicílio ou reembolso postal de produto nacional, deve constar o nome do comerciante e o endereço na embalagem, publicidade e em todos os impressos utilizados na transação comercial.
46. O exercício de atividade empresarial dentro da ordem econômica pressupõe que o fornecedor observe as regras de defesa do consumidor, sendo-lhe vedada pela Codificação Consumerista a utilização de práticas abusivas, com o intuito de colocação de produtos e serviços no mercado, reputando-se como tal o seguinte subterfúgio:
- (A) em quaisquer hipóteses, condicionar o fornecimento de produto a limites quantitativos.
 - (B) exigir do consumidor vantagem relativamente excessiva.
 - (C) recusar a venda de bens ou a prestação de serviços, diretamente a quem se disponha a adquiri-los mediante pronto pagamento à vista ou parcelado.
 - (D) repassar informação depreciativa ou não, referente a ato praticado pelo consumidor no exercício de seus direitos.
 - (E) executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor, ressalvadas as decorrentes de práticas anteriores entre as partes.
47. O Código de Defesa do Consumidor estabelece um rol de cláusulas contratuais reputadas objetivamente como abusivas, sendo certo que
- (A) reconhecida tal abusividade, dependendo da situação concreta, a cláusula será considerada nula ou anulável.
 - (B) a nulidade de uma cláusula contratual abusiva não invalida o contrato, exceto quando de sua ausência, apesar dos esforços de integração, decorrer ônus excessivo a qualquer das partes.
 - (C) se presume exagerada a cláusula que se mostre excessivamente onerosa para o consumidor ou fornecedor, considerando-se a natureza e o conteúdo do contrato.
 - (D) é obrigatório ao PROCON requerer ao Ministério Público que ajuíze a competente ação para ser declarada a nulidade de cláusula contratual abusiva.
 - (E) será anulável a cláusula que transfere responsabilidades a terceiro que não tenha participado da relação de consumo.

48. Mévio, funcionário público, trabalha em um posto de saúde. Ele é vizinho de Tícia, moça com quem ele gostaria de namorar. Em determinado dia, Mévio encontra Tícia, acompanhando a mãe, senhora que necessitava de atendimento médico não urgente, na fila de espera, por ordem de chegada, critério de atendimento estabelecido pelo serviço público. Para impressionar Tícia, Mévio coloca a ficha cadastral de sua mãe à frente das de outros pacientes, sendo ela chamada logo à sala do médico. Em gratidão ao gesto, Tícia decide ir ao cinema, com Mévio. Diante da situação hipotética, Mévio praticou, em tese, o crime de
- (A) corrupção passiva.
 - (B) prevaricação.
 - (C) advocacia administrativa.
 - (D) condescendência criminosa.
 - (E) concussão.
49. Caio trabalha em uma repartição pública e tem por função cuidar do almoxarifado. Todos os dias, antes de sair, Caio tranca as portas dos armários de suprimentos. Em determinado dia, Caio, que está com o filho internado, saiu às pressas, esquecendo de fechar dois dos armários. No dia seguinte, ao chegar na repartição, Caio percebeu que suprimentos de alto valor tinham sido furtados. Diante da situação hipotética, Caio, em tese,
- (A) praticou o crime de peculato culposo.
 - (B) praticou o crime de peculato-furto.
 - (C) praticou o crime de peculato-apropriação.
 - (D) praticou o crime de peculato mediante erro de outrem.
 - (E) não praticou qualquer crime.
50. O funcionário público que, na cobrança de contribuição social devida, emprega meio vexatório ou gravoso, em tese,
- (A) pratica o crime de prevaricação.
 - (B) não pratica qualquer crime.
 - (C) pratica o crime de excesso de exação.
 - (D) pratica o crime de exercício funcional ilegalmente antecipado.
 - (E) pratica o crime de violência arbitrária.

REDAÇÃO

TEXTO 1

O projeto de acabar com a contagem de curtidas no Instagram teve início em maio, no Canadá. Após vingar por lá, foi implementado no Brasil. Segundo comunicado da empresa, o objetivo da iniciativa é fazer com que “os seguidores se concentrem mais nas fotos e nos vídeos que são compartilhados do que na quantidade de curtidas”. O aplicativo fala ainda em promover maior bem-estar na comunidade: “Não queremos que as pessoas sintam que estão em uma competição.”

Levantamento realizado no ano passado pelo órgão inglês Royal Society for Public Health apontou o Instagram como a mídia social com o pior impacto na saúde mental, responsável por sentimentos de ansiedade, depressão e solidão.

(Filipe Vilício e André Lopes. “Fim da contagem de curtidas no Instagram gera polêmica nas redes”. <https://veja.abril.com.br>, 26.07.2019. Adaptado)

TEXTO 2

Presentes em nossas vidas desde o início dos anos 2000, as redes sociais trouxeram um avanço incomensurável nas relações humanas e uma contribuição tecnológica histórica para a comunicação, mas a evolução dos meios e suas plataformas também trouxe mudanças no comportamento humano. O protagonismo midiático, agora ao alcance de todos, deu origem ao exibicionismo demasiado e por vezes desmedido. Estamos todos lá buscando um destaque na multidão, custe o que custar. As curtidas passaram a ser credenciais rumo ao estrelato, mas nem todos estavam (e estão) preparados para lidar com as rejeições e insucessos. Essa competição por atenção aumentou em proporções inimagináveis, e a curtida é apenas mais um ingrediente dessa receita nem sempre digestiva.

Assim, de fato, a justificativa para o fim da exibição das curtidas é coerente, mas o Instagram pertence a uma empresa com fins lucrativos, e dizer que a única motivação foi a preocupação com o bem-estar do ser humano não convence.

Ocultar o número de curtidas é também uma forma de tentar reduzir a independência na relação publicitária entre o produtor de conteúdo e o anunciante. É importante lembrar que existe um mercado paralelo, amplamente gerador de lucro, do qual o Instagram não participa diretamente, em que o próprio anunciante procura uma pessoa com influência nas redes sociais (e não o Facebook, dono do Instagram) e negocia a divulgação do seu produto em postagens desse influenciador. Isso não vai deixar de existir de forma alguma, e tampouco pode ser considerada uma prática ilegal, mas, quanto mais os anunciantes dependerem de informações oficiais da plataforma Instagram, maior será o controle que a plataforma tem sobre tudo que está sendo comercializado dentro dela.

(Sandro Rodrigues. “E o Instagram acabou com as curtidas”. www.gazetadopovo.com.br, 24.07.2019. Adaptado)

Com base nos textos apresentados e em seus próprios conhecimentos, escreva um texto dissertativo-argumentativo, empregando a norma-padrão da língua portuguesa, sobre o tema:

O FIM DA EXIBIÇÃO DE CURTIDAS NA REDE SOCIAL INSTAGRAM: ENTRE O BEM-ESTAR DO USUÁRIO E O INTERESSE FINANCEIRO DA REDE

